

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JANEIRO DE 2007**-----

-----Aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado dos Santos José Carlos da Silva.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - O executivo deliberou introduzir alterações à Acta da reunião de dezoito de Dezembro passado, no tocante à concessão de um subsídio.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu a omissão de parte da sua intervenção, na Acta da reunião de dois de Janeiro corrente, a correcção da data e outras correcções na mesma Acta.-----

-----O Sr. Presidente referiu a resposta dada à intervenção da Sr^a Vereadora, na mesma Acta.-----

-----A mesma Vereadora Manuela Cunha disse que exige que tudo o que é Expediente seja incluído na Ordem de Trabalhos da Reunião e os documentos sejam enviados aos Vereadores, ou passe a ser considerado no Período Antes da Ordem do Dia ou que seja analisado caso a caso se vai ser ou não votado.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS**-----

-----**DIREITO DE SUPERFÍCIE** - Foi presente o requerimento de José

Francisco Figueiredo Pisco solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na venda que vai fazer do direito de superfície correspondente à fracção autónoma de segundo andar esquerdo do prédio construído no lote quarenta e dois da Avenida D. João Primeiro, em Almeirim.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO - Foi presente o requerimento de Bar cinquenta e seis - EDEMPRAX - Serviços de Restauração e Bar, Lda, solicitando licença de funcionamento para o estabelecimento de bar sito na Rua de Coruche, número cinquenta e seis, em Almeirim, com abertura às treze horas e encerramento às sextas-feiras, sábados e vésperas de feriados às três horas e nos restantes dias às duas horas.-----

-----A Câmara deliberou deferir, com a abstenção da Srª Vereadora Manuela Cunha.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----AVAC NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO - Foi presente a carta de ACI - Assistência e Conservação Industrial, SA, solicitando o aumento de dois, vírgula, seis por cento sobre o valor de dois mil e seis do valor contratual pela prestação de serviços de manutenção AVAC em título.-----

-----A Câmara deliberou pagar.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----SUBSÍDIOS - A pedido dos respectivos interessados, a Câmara deliberou conceder os seguintes subsídios:-----

-----Hóquei Clube Os Tigres, para uma deslocação à Madeira - quinhentos e vinte e sete euros e trinta e cinco cêntimos; Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo, para uma deslocação a Palma de Maiorca - mil e quinhentos euros; e Agrupamento de Escolas Febo Moniz, para pagamento do IVA na compra de um

aspirador industrial para a escola do primeiro ciclo do ensino básico de Benfica do Ribatejo - cento e um euros e sessenta e quatro cêntimos.-----

-----Foi presente ainda o ofício da Imprensa da Universidade de Coimbra solicitando um subsídio para a edição da obra O Processo SAAL e a Arquitectura no Vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, da autoria de José António Oliveira Bandeirinha, que terá o preço de capa de quarenta euros.-----

-----A Câmara deliberou apoiar com a aquisição de cinco exemplares.-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente a Câmara deliberou atribuir um subsídio para pagamento à EDP, Electricidade de Portugal do aumento de potência com substituição da ligação existente, em baixa tensão, da sede da Associação Humanitária Benfiquense, de Benfica do Ribatejo, no valor de oito mil cento e quarenta e nove euros e vinte e nove cêntimos.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que se verificam infiltrações na sede da Associação Humanitária Benfiquense, de que algumas pessoas se têm queixado. Para além disso, a Associação foi patrocinada pela Câmara e não permite a certas instituições a utilização do espaço, inclusive à Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo. Já que a Associação é subsidiada, deve existir um Protocolo que preveja a cedência às forças vivas locais.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que esse Protocolo existe e prevê que a Associação deve estar aberta à colaboração com as restantes agremiações, tendo a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia direito à utilização daquele espaço, ao que a Direcção não se pode opor, desde que não colida com actividades anteriormente marcadas por outras organizações.-----

-----VENDA DE JEEP - Foram presentes duas propostas de aquisição do jeep Korando, em estado de sucata após acidente, de Vítor Manuel Bento da Silva Casimiro, propondo a compra pelo preço de

duzentos e quarenta euros e de Celestino Velhais Neto, que propõe o preço de duzentos e sessenta euros.-----

-----A Câmara deliberou vender ao segundo proponente, por se tratar da melhor oferta.-----

-----ISENÇÃO DE TAXA - Para esta deliberação ausentou-se da sala o Sr. Vice-Presidente Pedro Ribeiro.-----

-----Foi presente a carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almeirim solicitando a isenção da taxa de afixação de publicidade ao Supermercado Modelo, colocada na fachada do quartel, angariada a título de apoio aos Bombeiros.--

-----A Câmara deliberou isentar, por considerar de apoio à actividade da Associação de Bombeiros.-----

-----PISCINAS - Foi presente a informação do Gabinete de Acção Social confirmando o estado de doença e de carência de José Joaquim dos Santos Silva, autorizado por deliberação de quinze do corrente mês a frequentar as Piscinas Municipais em aulas de hidroginástica, de forma gratuita.-----

-----A Câmara deliberou confirmar a deliberação invocada.-----

-----Presente ainda outra informação do mesmo Gabinete sobre o pedido de José Augusto Narciso Piedade com vista à utilização gratuita das Piscinas Municipais em aulas de hidroginástica, confirmando os seus parcos rendimentos e ser portador de doença degenerativa.-----

-----A Câmara deliberou autorizar.-----

-----PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM A ADEGA COOPERATIVA DE ALMEIRIM - Foi presente a minuta do Protocolo de Cooperação Técnica e Financeira com a AdegA Cooperativa de Almeirim, alterado de acordo com os contributos acrescidos na passada reunião, pelo qual esta cooperará com a autarquia no âmbito da sua actividade durante o período de quinze anos e da primeira receberá a participação financeira de duzentos e cinquenta mil euros, pagáveis em duas prestações iguais, em

Fevereiro e Março de dois mil e sete.-----

-----A Câmara deliberou aprovar o documento, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que fez voto de vencido e apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----«Voto contra e faço voto de vencido, por entender que o protocolo de cooperação técnico - financeiro não prevê as condições necessárias para o acompanhamento da aplicação e execução das verbas a disponibilizar pelo Município à Adega. Não é que seja contra a atribuição de um "subsídio", dado que a Adega Cooperativa de Almeirim desempenha um papel essencial na economia local e no tecido social do Concelho. Porém, por não se mostrar suficientemente claro os termos e condições em que a Adega Cooperativa de Almeirim irá concretizar os objectivos a que se propôs através deste protocolo, leva-me necessariamente a não concordar com a celebração do mesmo. Partilho das preocupações referidas nos considerandos do protocolo, mas as mesmas não encontram sustentação nas cláusulas referentes a cada uma das partes. Por último, e sem prejuízo de não constar no sobredito protocolo o acompanhamento e fiscalização da aplicação das verbas, que perfazem o total de duzentos e cinquenta mil euros, considero que a Câmara Municipal deverá exigir à Direcção da Adega a prestação de contas (trimestralmente) quanto ao cumprimento dos objectivos.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou: «Voto favoravelmente este Protocolo por considerar que ele pode contribuir para ajudar uma actividade que considero de economia social, que desempenha um papel fundamental no nosso Concelho e que atravessa actualmente uma grave crise, a resistir a essa mesma crise e permitir, assim, a manutenção da qualidade de vida que ela gera, não só para os produtores vitivinícolas, mas ainda ao Concelho no seu todo. Quero ainda deixar bem claro que, caso outra adega do Concelho estivesse numa situação similar, entendo que a autarquia devia pautar-se pela mesma atitude, atitude esta que considero fazer parte das competências previstas na lei, contrariamente, por exemplo, à forma como está a decorrer o

processo com outra cooperativa, neste caso, a Encherim. Considero ainda que este apoio dado pela autarquia através deste Protocolo pode contribuir para travar a tentação de alguns produtores de arrancarem a vinha, no Quadro das decisões proferidas pela União Europeia, arranque este que poderia, do ponto de vista ambiental e de desenvolvimento, ser nocivo para este Concelho e esta região».-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto a favor porque não podia ficar insensível aos considerandos que constam da introdução da proposta, sabendo a repercussão que a vida económica da Adega tem, junto da generalidade da população do Concelho, com reflexos evidentes no restante da actividade económica. Só com este Protocolo será possível à Adega Cooperativa o cumprimento das obrigações referidas no parágrafo quarto do mesmo. Por outro lado, quero referir que este Protocolo se insere na política definida pelo executivo como ajuda às actividades económicas do Concelho. Vejamos o exemplo do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos, a explorar pela Cooperativa de produção de enchidos e também o Programa Finicia, já aprovado por este executivo».-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração, do seguinte teor: «No pressuposto de que toda a legalidade formal e financeira deste protocolo está salvaguardada e por imperativos morais, voto a favor desta iniciativa, bem como serei a favor de todas as que tenham como pressupostos os mesmos contornos.-----

-----Não quero, no entanto, deixar de sublinhar que neste processo é de lamentar que o tenha conhecido através da comunicação social e já como um compromisso assumido pela autarquia e que o debate sobre as consequências políticas, sociais e económicas deste acto não tenham sido devidamente levados em conta nem amplamente debatidos.-----

-----De facto, em consciência, as minhas reservas em relação a este processo existem, no entanto, por imperativos unicamente morais, voto a favor.»-----

-----O Sr. Presidente referiu que a necessidade deste Protocolo lhe foi trazida, em primeira mão, pelo Sr. Vereador Francisco Maurício, quando era Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que subscreve e concorda com as palavras do Sr. Presidente, pois só este órgão tem legitimidade para atribuir subsídios ou protocolar apoios.--

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha acrescentou que entende que nos considerandos fica explícita a contrapartida que o Concelho terá e que é complementar às contrapartidas previstas directamente para o Município.-----

-----BOLSAS DE ESTUDO - A Sr^a Vereadora Joana Silvestre apresentou o processo de atribuição de bolsas de estudo a alunos do ensino superior e referiu que as Universidades ainda não atribuíram as bolsas de estudo, pelo que propôs que a deliberação passe para a próxima reunião.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha pediu informação complementar das universidades que os alunos frequentam, dos respectivos cursos e do valor exacto da bolsa que é atribuída a cada aluno. Disse ainda que o executivo deve reflectir sobre o interesse dos cursos apoiados.-----

-----O Sr. Presidente referiu que já no ano passado a análise teve em vista os apoios concedidos pelas universidades e aos alunos de Santarém foi atribuído apenas subsídio de transporte.-

-----O executivo deliberou analisar o assunto numa próxima reunião.-----

-----REFEITÓRIO MUNICIPAL - O Sr. Presidente apresentou a proposta do Responsável pelo Refeitório, Vítor Tomé, com vista à actualização dos preços dos produtos vendidos no refeitório, constantes da relação que aqui se dá por fielmente reproduzida e fica arquivada no maço de documentos das Actas.-----

-----A Câmara deliberou aprovar.-----

-----AQUISIÇÃO DE TERRENOS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com destino à correcção da deliberação tomada em vinte de Novembro de dois mil e seis, pela qual a parcela designada por A apresentava o preço de aquisição de cento e vinte e quatro mil seiscentos e noventa e nove euros e quarenta e sete cêntimos, quando o preço efectivamente negociado com os vendedores foi de cento e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha referiu que o preço por metro quadrado será superior ao dos outros terrenos.-----

-----Para além de alteração do valor, o executivo, por deliberação de dezoito de Dezembro transacto, reconheceu que os designados terrenos objecto de compra devem ser especificados como casas, que serão demolidas para o fim visado, e que a parcela A é composta por casas de dois proprietários distintos, Gaspar & Caniço, Lda e José João Batista Monteiro.-----

-----A Câmara deliberou aprovar a proposta do Sr. Presidente para a compra aos dois proprietários das casas constantes da parcela A pelo preço de cento e vinte e nove mil seiscentos e oitenta e sete euros e quarenta e cinco cêntimos.-----

-----ILUMINAÇÕES DE NATAL - Foi submetida a apreciação a proposta do Sr. Presidente, com vista à transferência de valores para pagamento das iluminações de Natal para as Juntas de Freguesia, nos mesmos montantes de dois mil e cinco.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha solicitou informação do valor transferido para cada Junta de Freguesia, pelo que o assunto transita para uma próxima reunião.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----LOTEAMENTO - Foi presente o processo de loteamento número cinco de dois mil e cinco, de Lucinda Maria Valério e outro, para o seu prédio sito na Rua Direita, em Benfica do Ribatejo.--

-----Tem informação da DHU no sentido de que os requerentes

criaram uma faixa de estacionamento em parte da área de cedência obrigatória, pelo que solicita definição quanto à eventual cedência ao Município da parcela de duzentos e dezoito metros quadrados e oitenta e dois decímetros quadrados ou, em alternativa, paga a compensação pela não cedência de terreno para Zonas Verdes e Equipamentos Colectivos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se é normal a Câmara aprovar um projecto onde o acesso de uma vivenda à rua se faz através de outra parcela.-----

-----Pedida a presença do Arq^o António Forte, foi por este esclarecido que a vivenda a que se refere a Sr^a Vereadora é feito através de acesso próprio com oito metros de largura.-----

-----A mesma autarca referiu que a sua opinião é pela cedência de terrenos e referiu que, quando é loteada apenas uma parcela de um terreno, serve apenas para fugir às cedências. Em deliberação anterior referiu que este terreno está próximo da escola e da igreja, pelo que seria preferível o Município dispor de terrenos para infraestruturas.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos afirmou fazer suas as palavras da sua ilustre colega.-----

-----Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, proceder à cobrança das compensações pela não cedência de terrenos. Votou contra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha e o Sr. Vereador Francisco Maurício declarou abster-se porque não tem o mínimo conhecimento do processo em apreço.-----

-----O Sr. Presidente declarou: «Voto pelo pagamento porque, irmos criando pequenos terrenos espalhados em zonas rurais é injustificável, já que não existe nenhuma perspectiva de utilização por parte da Câmara, para além de que, o valor do pagamento neste momento consignado em Regulamento, que é o valor justo, não acarreta qualquer prejuízo ao Município».-----

-----Subscreveram esta posição os Srs. vereadores Pedro Ribeiro, José Carlos Silve e Joana Silvestre.-----

-----Às dezassete horas o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
